

Energética Santa Helena S.A.

**Demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, e
o relatório dos auditores independentes**



RTA-211-2021

Ribeirão Preto SP, 9 de abril de 2021.

À
Energética Santa Helena S.A.
Campo Grande MSAtenção do **Conselho de Administração**

Prezados Senhores:

Encaminhamos-lhes as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via assinada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores**Thiago Sousa Portugal**
Diretor

Energética Santa Helena S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10
1 Contexto operacional	10
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	13
3 Principais políticas contábeis	14
4 Caixa e equivalentes de caixa	22
5 Aplicações financeiras	22
6 Contas a receber	23
7 Estoques	23
8 Ativos biológicos	23
9 Adiantamentos	25
10 Partes relacionadas	25
11 Impostos e contribuição social diferidos	26
12 Direito de uso, arrendamentos e parcerias a pagar	27
13 Imobilizado	29
14 Fornecedores	31
15 Empréstimos e financiamentos	32
16 Obrigações trabalhistas e previdenciárias	32
17 Obrigações tributárias	33
18 Provisão para contingências e depósitos judiciais	33
19 Patrimônio líquido	34
20 Receita operacional líquida	35
21 Custos dos produtos vendidos	35
22 Despesas com vendas	36
23 Despesas administrativas e gerais	36
24 Despesas com pessoal	36
25 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	36
26 Resultado financeiro líquido	37
27 Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos	38
28 Aspectos ambientais	41
29 Cobertura de seguros	41
30 Eventos subsequentes	42

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos acionistas e administradores da
Energética Santa Helena S.A.
Campo Grande MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Santa Helena S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Santa Helena S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Energética Santa Helena S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção aos seguintes importantes assuntos:

Partes relacionadas

Conforme nota explicativa 10, a Companhia mantém com partes relacionadas transações em montantes significativos e em condições específicas. A posição financeira e o resultado das transações refletem as condições estabelecidas pela administração da Companhia e as partes relacionadas nas respectivas negociações.

Plano de recuperação judicial

Conforme nota explicativa 1, com o cumprimento das obrigações previstas, o plano de recuperação judicial da Companhia foi encerrado por sentença promulgada no exercício de 2019. A administração da Companhia ressalta que o encerramento da recuperação judicial não traz qualquer prejuízo a seus credores em relação às obrigações vincendas e a sua operação.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinados, cujo relatório, datado de 3 de abril de 2020, continha modificação quanto ao registro contábil fora da competência de créditos tributários federais de PIS e COFINS no valor de R\$ 29.581 mil levantados em 2018; assim como as ênfases quanto as transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas e o encerramento do plano de recuperação judicial.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 26 de março de 2021.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S MS



Thiago Sousa Portugal
CRC SP258542/O-1 S MS

Energética Santa Helena S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.205	13.049	Fornecedores	14	17.751	13.978
Aplicações financeiras	5	68.414	58.050	Arrendamentos e parcerias a pagar	12	22.280	20.584
Contas a receber	6	466	207	Empréstimos e financiamentos	15	4.535	4.413
Estoques	7	49.386	34.881	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	10.627	38.893
Ativos biológicos	8	71.646	32.178	Obrigações tributárias	17	11.796	10.958
Adiantamentos	9	7.967	6.651	Outras contas a pagar		3.622	5.106
Impostos e contribuições a recuperar		16.269	8.007	Total do passivo circulante		70.611	93.932
Outros créditos		194	62				
Total do ativo circulante		215.547	153.085	Não circulante			
Não circulante				Fornecedores	14	28.309	34.824
Depósitos judiciais	18	15.046	1.996	Arrendamentos e parcerias a pagar	12	114.004	102.969
Partes relacionadas	10	55.159	59.563	Empréstimos e financiamentos	15	23.166	30.909
Impostos e contribuições a recuperar		3.921	12.440	Obrigações tributárias	17	47.877	49.100
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	8.954	40.857	Partes relacionadas	10	37.853	28.272
Investimentos		127	75	Provisão para contingências	18	54.614	53.839
Direito de uso	12	162.190	142.987	Outras contas a pagar		4.718	4.416
Imobilizado	13	263.003	256.166	Total do passivo não circulante		310.541	304.329
Intangível		317	240	Patrimônio líquido	19		
Total do ativo não circulante		508.717	514.324	Capital social		112.784	112.784
				Reserva legal		12.183	8.485
				Reserva de incentivos fiscais		192.991	136.588
				Ajuste de avaliação patrimonial		10.450	11.291
				Reserva de lucros		14.704	-
				Total do patrimônio líquido		343.112	269.148
Total do ativo		724.264	667.409	Total do passivo e patrimônio líquido		724.264	667.409

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Santa Helena S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	20	297.495	315.208
Varição do valor justo de ativo biológico		55.407	(6.640)
Custo dos produtos vendidos	21	(192.779)	(178.806)
Lucro bruto		160.123	129.762
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	22	(11.845)	(19.036)
Despesas administrativas e gerais	23	(35.998)	(35.681)
Despesas com pessoal	24	(13.825)	(12.337)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	26.810	43.298
		(34.858)	(23.756)
Lucro antes do resultado financeiro		125.265	106.006
Resultado financeiro, líquido	26	(32.499)	(9.871)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		92.766	96.135
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(18.802)	12.759
Lucro líquido do exercício		73.964	108.894
Lucro por ação no final do exercício em R\$	19	4,24	6,24

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Santa Helena S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	<u>73.964</u>	<u>108.894</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>73.964</u></u>	<u><u>108.894</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Santa Helena S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	112.784	3.040	28.907	15.442	2.287	-	162.460
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(4.151)	-	1.945	(2.206)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	108.894	108.894
Constituição de reserva legal	-	5.445	-	-	-	(5.445)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	107.681	-	(2.287)	(105.394)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	112.784	8.485	136.588	11.291	-	-	269.148
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(841)	-	841	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	73.964	73.964
Constituição de reserva legal	-	3.698	-	-	-	(3.698)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	56.403	-	-	(56.403)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	14.704	(14.704)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	112.784	12.183	192.991	10.450	14.704	-	343.112

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Santa Helena S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	73.964	108.894
Ajustes por:		
Perdas com créditos esperadas	(5)	5
Perdas do valor recuperável do ativo fiscal diferido	13.102	-
Perdas pela não realização com estoques obsoletos	(158)	(590)
Depreciação	12.387	17.324
Amortização intangível	93	75
Amortização do direito de uso	20.584	22.153
Exaustão da cana-de-açúcar	35.327	31.195
Baixa de imobilizado	(3.378)	292
Ajuste do valor justo de ativos biológicos	(55.407)	6.640
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.802	(12.759)
Provisão para contingências	775	15.866
Realização do ajuste a valor presente e outros	8.595	7.670
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Aplicações financeiras	(10.364)	(21.346)
Contas a receber	(254)	355
Estoques	(14.347)	12.755
Adiantamentos	(1.316)	4.079
Impostos e contribuições a recuperar	257	(18.474)
Outros créditos	(132)	-
Depósitos judiciais	(13.050)	132
Partes relacionadas, líquidas	13.985	(23.807)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(2.742)	(22.113)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(28.266)	971
Obrigações tributárias	(385)	(10.529)
Outras contas a pagar	(1.182)	2.359
Recursos líquidos provenientes das operações	<u>66.885</u>	<u>121.147</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Ativos biológicos	15.939	(4.864)
Investimentos	(52)	(59)
Imobilizado	(57.646)	(74.863)
Intangível	(170)	(108)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	<u>(41.929)</u>	<u>(79.894)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Movimentação dos empréstimos e financiamentos	(7.621)	(10.280)
Amortização dos arrendamentos e das parcerias agrícolas	(29.179)	(29.823)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	<u>(36.800)</u>	<u>(40.103)</u>
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(11.844)</u>	<u>1.150</u>
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.205	13.049
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.049	11.899
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(11.844)</u>	<u>1.150</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Santa Helena S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Energética Santa Helena S.A. (“Companhia”) foi constituída em maio de 1992 na cidade de Nova Andradina – MS.

A Companhia opera como agroindústria, cultivando cana-de-açúcar para produção e comercialização de etanol. Aproximadamente 95% da cana-de-açúcar processada são cultivados diretamente pela Companhia, em terras próprias ou de terceiros, mediante contratos de parceria agrícola e/ou arrendamentos.

A Companhia possui capacidade para moer 2,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. Na safra 2020/2021, moeu 1,82 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, gerando uma produção de 150,6 milhões de litros de etanol. A estimativa de moagem na safra 2021/2022 é de, aproximadamente, 1,95 milhão de toneladas de cana-de-açúcar, gerando uma produção de, aproximadamente, 158,9 milhões de litros de etanol.

A Companhia optou por ingressar com pedido de Recuperação Judicial conforme previsto em Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de julho de 2015, submetida ao Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, comarca de Nova Andradina, que procedeu com deferimento do processamento da recuperação judicial na data de 9 de julho de 2015.

Plano de recuperação judicial

Considerando fatores como a situação econômica do país com momento econômico retraído onerando o crédito, refletindo em juros altos e inflação acima do esperado, a crise do setor sucroalcooleiro, o “congelamento” dos preços dos combustíveis nos últimos anos. A Companhia optou por ingressar com o pedido de recuperação judicial nos termos da Lei nº 11.101/2005.

Deliberado internamente em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 7 de julho de 2015, o referido plano foi aprovado pela Assembleia Geral de credores realizada no dia 2 de fevereiro de 2016, sendo homologado em decisão judicial publicada no dia 19 de maio de 2016, a partir do qual se iniciam os prazos para as liquidações das dívidas com os credores.

A seguir, o quadro de credores da Companhia, publicado em 19 de maio de 2016:

Nº	Classe	Valor (R\$)
I	Credores trabalhistas	428
II	Credores com garantia real	48.845
III	Credores quirografários	62.982
IV	Microempresas e EPP	3.488
		115.743

Para cada classe identificada no processo de recuperação judicial foi definido uma proposta de pagamento aos credores. Destaque das principais:

- **Classe I - credores trabalhistas:** créditos de natureza trabalhistas já habilitados no Quadro Geral de Credores da Energética Santa Helena S.A. de até cinco salários mínimos por trabalhador serão pagos integralmente no prazo de até 30 dias a contar da Homologação Judicial do Plano. Demais créditos trabalhistas serão pagãos em 12 parcelas mensais. Os créditos trabalhistas não habilitados no momento da Homologação Judicial do Plano serão pagos integralmente no prazo de 30 (trinta) dias a contar do trânsito em julgado da decisão que determinar a respectiva inclusão no Quadro Geral de Credores da Energética Santa Helena S.A. (*liquidados conforme plano de recuperação judicial*)
- **Classe II - créditos com garantia real, Classe III - crédito quirografários e Classe IV - créditos microempresa e EPP:** serão aplicados 60% de deságio sobre o valor nominal habilitado, sendo os 40% pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros à taxa correspondente à TR (Taxa Referencial) mais 6% (sete por cento) ao ano, a partir da data do pedido; (ii) carência total em 2016 (principal + TR + juros de 6% a.a.) (iii) amortização do crédito, em 20 (vinte) anos, contados a partir do término do período de carência, sendo em 2017 R\$ 800, 2018 R\$ 1.600 mil, 2019 R\$ 1.800 mil e a partir de 2020 R\$ 2.450 mil (do principal + TR + Juros) de forma pro-rata levando em consideração o saldo remanescente de cada credor durante o período de safra de maio a novembro de cada ano, no último dia útil do mês; e
- Os credores que tenham garantias fiduciárias constituídas sobre recebíveis futuros ainda não performados e que ainda não existam ou que venham a existir após o pedido de recuperação judicial, poderão receber pagamentos nos valores e períodos que a excussão ou retenção dos recebíveis cedidos lhes permitam, sempre limitando-se aos montantes de suas respectivas garantias fiduciárias não integrantes da recuperação judicial.

Plano estratégico da Companhia

A viabilidade econômica da Energética Santa Helena S.A., está demonstrada no Plano de Recuperação Judicial, baseado nas projeções de resultados futuros, compreendendo o período de 2016 a 2035, e assim evidenciando um alongamento da dívida com nossos credores a uma taxa de juros de 6% a.a. + TR, e escalonamento de pagamento de acordo com as categorias de credores.

Adicionalmente foi constituída a UPI-SPE Santa Cecília, composta de ativos descritos no laudo de avaliação patrimonial, onde a recuperanda no prazo de até 3 anos, poderia alienar os referidos ativos, destinando os valores arrecadados de forma pro-rata aos credores. No entanto, esta alienação não se concretizou.

Assim, a Companhia, continua a operar em sua capacidade plena de produção industrial, com suas operações agroindustriais devidamente reestruturadas, de forma a sustentar com viabilidade, a continuidade dos seus negócios.

Encerramento da Recuperação Judicial

Em 7 de fevereiro de 2019, decretado através da sentença expedida pelo Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul – Comarca de Nova Andradina – 2º Vara Cível (auto nº 0803358-54.2015.8.12.0017), a Energética Santa Helena S.A. obteve o encerramento da recuperação judicial, demonstrando o cumprimento das obrigações vencidas no prazo previsto no “*caput*” do art. 61 da Lei nº 11.101/2005. A Companhia ressalta que o encerramento da recuperação judicial não traz qualquer prejuízo a seus credores em relação as obrigações vincendas. Ressalta ainda, que segue operando normalmente e não vislumbra riscos à continuidade dos seus negócios.

RenovaBio – Cbios

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa possuía 55.813 mil Cbios emitidos e ainda não comercializados. Durante a safra foram comercializados 64.000 mil Cbios, classificados em outras receitas operacionais. A comercialização destes títulos, após a sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio.

Sobre o RenovaBio:

Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBIO), ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

Efeitos da Covid-19 nas demonstrações financeiras

Nos primeiros meses de 2020, quando foi anunciado a emergência de saúde global em virtude do surgimento da pandemia do Coronavírus (Covid-19), a companhia adotou medidas de enfrentamento, resumidas a seguir:

Pessoas: Considerado pela Companhia como de maior prioridade, requerendo maior atenção e zelo. É realizado o monitoramento diário da situação e das orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades

públicas competentes. Para mitigar a transmissão do Covid-19 nas instalações da Companhia, foram implementadas ações de higienização de espaços e áreas de circulação, comunicação ativa com os colaboradores sobre medidas de proteção e higiene no ambiente de trabalho, em casa e em ambientes públicos, distribuição de materiais de proteção aos colaboradores, regras rígidas de distanciamento, medição constante de temperatura, entre outros.

Produção e vendas: A Companhia permaneceu em operação, reduziu o volume de vendas e aumentou seus estoques enquanto o consumo e preço do etanol esteve em queda em virtude das recomendações de isolamento social.

Liquidez: A Companhia reduziu os investimentos não essenciais em 2020 a fim de mitigar riscos de liquidez futuros e tem avaliado constantemente seus indicadores de performance que são utilizados para rápidas tomadas de decisões de enfrentamento de potenciais riscos que possam surgir.

A companhia tem acompanhado todos os desdobramentos relacionados à pandemia causada pela Covid-19 e monitora os possíveis impactos em seus negócios, visando estabelecer ações de prevenção e mitigação de riscos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e legislação societária.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 26 de março de 2021.

b Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa, como nos casos do valor justo do ativo biológico mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas e instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em milhares de reais. O real é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis

são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A Administração revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Administração da Companhia e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas:

- Nota 6 – Perdas com créditos esperadas – PCE (contas a receber);
- Nota 8 – Ativos biológicos;
- Nota 11 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 13 – Vida útil do ativo imobilizado;
- Nota 12 – Mensuração do passivo de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar; e
- Nota 18 – Provisão para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundas da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

b Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequentemente mensura ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

b.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio adotado para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48/ IFRS 9, mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado da seguinte forma:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. Nesta categoria a Companhia classifica "Aplicações financeiras".

(ii) Custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, recebimentos e pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Caixa e equivalentes de caixa (exceto aplicações financeiras de liquidez imediata)", "Contas a receber", "Adiantamentos", "Fornecedores", "Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar"; "Empréstimos e financiamentos" e "Partes relacionadas".

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

c Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

d Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, ajustados a valor presente, quando aplicável. As Perdas com Créditos Esperadas – PCE são constituídas com base na análise do contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis perdas na sua realização.

e Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A cana de açúcar consumida no processo produtivo é avaliada pelo seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

f Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzido nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora) que serão utilizadas como matéria-prima na produção de etanol. A Companhia também teve em 2020 biológico eucalipto o qual foi mensurado a custo.

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar é transferida para o custo de produção pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer à exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi baseado no método de fluxo de caixa futuro descontado.

O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital, que foi de 3,96 % a.a.

g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, e ajustado por reavaliação de bens das contas de edificações, instalações e máquinas e equipamentos, com base no laudo de peritos independentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

g.2 Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de janeiro. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados e reconhecidos no resultado como despesa, devido ao curtíssimo período de parada para manutenção.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas são as seguintes:

- Edificações: 60 anos;
- Instalações: 20 anos;
- Máquinas, aparelhos e equipamentos: 20 anos;
- Veículos: 10 anos; e
- Tratores e implementos agrícolas: 10 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Intangível

Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de softwares, os quais são amortizados levando em conta a vida útil estimada de cinco anos.

É avaliado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

i Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*)

A administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base em laudo de empresa especializada contratada, não foi constatado evidências para o reconhecimento de perdas em função da não recuperação dos referidos ativos. Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foram determinados pelo valor justo líquido de despesa de venda.

j Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e, subsequencialmente, demonstrados pelo custo amortizado.

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

k Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da nota fiscal/ fatura correspondente.

I Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pela taxa dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de parcerias que não foram pagas na data de transição, descontados usando uma taxa de empréstimo incremental, baseada no endividamento da Companhia, que corresponde aproximadamente a 6,00% a.a.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia adiciona, ao prazo do arrendamento, os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos onde a Companhia está razoavelmente certa que a opção de renovação será exercida, como é o caso dos contratos agrícolas, onde a Companhia detém a prerrogativa de renovação por um número preestabelecido de safras nos termos do contrato.

m Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e quando o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões para riscos e contingências são constituídas por valores atualizados, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia.

Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, o seu valor é determinado através do valor presente desse fluxo de caixa.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável às alíquotas estabelecidas respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apresentadas: perdas com créditos esperadas, ajuste a valor justo do ativo biológico, ajuste de avaliação patrimonial de bens do ativo imobilizado, contingências, arrendamentos e parcerias agrícolas; e base de cálculo negativa e prejuízo fiscal, estando apresentados no não circulante conforme sua natureza e expectativa de realização ou pagamento. O valor contábil do ativo do imposto de renda e da contribuição

social diferidos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com o lucro tributável, presente ou futuro, ou por outras formas de realização legal.

o Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

p Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 (R1) – Subvenção e assistência governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado, a Companhia reclassifica entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais.

q Reconhecimento de receitas

q.1 Venda de produtos – etanol

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, quando for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, quando os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, quando não há envolvimento contínuo com os bens vendidos e quando o valor da receita operacional pode ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e caso o valor possa ser mensurado, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

q.2 Demais produtos

A receita de venda é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade é transferida. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos,

devoluções e impostos incidentes. Geralmente as receitas são reconhecidas no resultado pelo montante equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

r Partes relacionadas

Representam operações comerciais e financeiras com companhia ligada e estão registradas pelos seus valores originais, acrescidos de atualização monetária quando contratado.

s Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa.

As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas razoavelmente fundamentadas e são consideradas estimativas contábeis.

t Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

u Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores até o encerramento do próximo exercício social estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

v Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

w Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e sua atividade estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseado nas atuais leis, nos regulamentos em vigor e no parecer de seus consultores jurídicos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	76	8.270
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.129	4.779
	<u>1.205</u>	<u>13.049</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa e aplicações com vencimentos inferiores a 90 dias resgatáveis sem qualquer carência.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes investimentos financeiros referem-se a aplicação de resgate automático (Invest Fácil Bradesco) com rendimentos de 5% do CDI, (RDC – Longo Pós CDI SICOOB), com rendimentos de 118% do CDI.

5 Aplicações financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Títulos e valores mobiliários	<u>68.414</u>	<u>58.050</u>

Refere-se às cotas de fundos de investimentos, vinculado a XP Investimentos Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S.A.

6 Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cientes – mercado interno	1.575	1.321
(-) Perdas com créditos esperadas – PCE (i)	<u>(1.109)</u>	<u>(1.114)</u>
	<u>466</u>	<u>207</u>

- (i) As perdas com créditos esperadas foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos clientes. A provisão elaborada pela Administração da Companhia é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de contas a receber.

7 Estoques

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Produtos acabados	42.174	26.010
Almoxarifado	7.262	9.029
Produtos em poder de terceiros	154	204
(-) Perdas pela não realização de estoques obsoletos	<u>(204)</u>	<u>(362)</u>
	<u>49.386</u>	<u>34.881</u>

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

8 Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol;

- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Área estimada de colheita (hectares)	24.412	24.849
Produtividade prevista (ton./ha)	75,99	76,10
Quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açúcar (Kg)	134	133
Preço médio projetado de ATR (R\$)	0,73	0,61
Taxa de desconto	3,96%	3,96%

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a subconta “Variação no valor justo dos ativos biológicos”, na rubrica “Custo dos produtos vendidos” no resultado do período.

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o período é a seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custo histórico	46.563	41.699
Valor justo	(14.385)	(7.745)
	<u>32.178</u>	<u>33.954</u>
Movimentação		
Aumento decorrente de tratos cana	30.021	46.087
Aumento decorrente de tratos eucalipto	128	173
Mudança no valor justo	55.406	(6.640)
Redução decorrente de colheita	(46.087)	(41.396)
Saldo final de ativos biológicos	<u>71.646</u>	<u>32.178</u>
Composto por:		
Custo histórico cana	30.021	46.087
Custo histórico eucalipto	604	476
Valor justo	41.021	(14.385)
Saldo final de ativos biológicos	<u>71.646</u>	<u>32.178</u>

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. Dessa forma, a Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

9 Adiantamentos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamento a fornecedores diversos	6.002	5.033
Adiantamento de salários	677	676
Adiantamento de férias	688	349
Adiantamento de despesas de viagens	600	593
	<u>7.967</u>	<u>6.651</u>

10 Partes relacionadas

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>
Aloisyo Jose Campelo Coutinho (i)	-	474	-	-	-
Bartolomeu Miranda Coutinho (ii)	749	749	-	-	-
Alexandre de Albuquerque Melo Coutinho (ii)	926	926	-	-	-
Nova Mucuri Participações S/A (iii)	-	-	(28.541)	(28.272)	(1.677)
Santa Fe Açúcar e Álcool Ltda. (iii)	30	30	-	-	-
Macou Empreendimento Imobiliários (iv)	6.072	18.041	-	-	-
Rosa Maria Mações Coutinho (v)	47.382	39.343	(8.637)	-	(5.380)
Marcelo Mações Coutinho (vi)	-	-	(558)	-	-
Espólio de Benedito Silveira Coutinho (vi)	-	-	(117)	-	-
	<u>55.159</u>	<u>59.563</u>	<u>(37.853)</u>	<u>(28.272)</u>	<u>(7.057)</u>

(i) Adiantamentos para compra de óleo diesel e cana-de-açúcar.

(ii) Empréstimos financeiros, não há incidência de juros remuneratórios.

(iii) Contrato de conta corrente, não há incidência de juros remuneratórios.

(iv) Cessão de crédito da TAG Distribuidora (ii) para Macou Empreendimentos Imobiliários.

(v) Empréstimos financeiros, sem incidência de juros remuneratórios, e Avalista - liquidação de credor quirografário.

(vi) Avalista, liquidação de credor bancário.

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla Direção da Companhia, totalizou R\$ 4.062 (R\$ 3.053 em 2019) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

11 Impostos e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram atribuídos da seguinte maneira:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo não circulante		
Diferenças temporárias e base negativa e prejuízo fiscal:		
Perdas com créditos esperadas – PCE	377	379
Provisão para contingências	18.569	18.305
Valor justo do ativo biológico	-	4.891
Arrendamentos e parcerias agrícolas	721	706
Base negativa e prejuízo fiscal	<u>26.742</u>	<u>22.524</u>
	46.409	46.805
Perdas por Redução ao Valor Recuperável (<i>Impairment</i>) (i)	<u>(13.102)</u>	<u>-</u>
	33.307	46.805
Passivo não circulante		
Diferenças temporárias:		
Ajuste de avaliação patrimonial – imobilizado	(5.515)	(5.948)
Valor justo do ativo biológico	<u>(18.838)</u>	<u>-</u>
	(24.353)	(5.948)
Saldo líquido	8.954	40.857

(i) Conservadoramente a Companhia constitui provisão para perdas por redução do valor recuperável da base negativa e do prejuízo fiscal, baseado na expectativa dos seus lucros tributáveis futuros, identificado através de análise ao *budget*, elaborado e projetado para os próximos 5 (cinco) exercícios a valor a presente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis, base negativa e prejuízos fiscais.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

Os efeitos do imposto de renda e a contribuição social diferidos no resultado do exercício, foram:

	2020	2019
Perdas com créditos esperadas – PCE	(1)	2
Provisão para contingências	263	5.394
Valor justo do ativo biológico	(23.729)	2.258
Arrendamentos e parcerias agrícolas	15	706
Ajuste de avaliação patrimonial imobilizado	433	1.002
Base negativa e prejuízo fiscal	4.217	3.397
	(18.802)	12.759

12 Direito de uso e arrendamentos e parcerias a pagar

A movimentação do direito de uso do ativo e dos arrendamentos a pagar estão demonstrados a seguir:

a) Direito de uso

	Imóveis	Arrendamentos agrícola	Parcerias agrícola	Total ativo de direito de uso
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	141	58.961	106.038	165.140
Amortização	(66)	(6.869)	(15.218)	(22.153)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	75	52.092	90.820	142.987
Custo total	141	58.961	106.038	165.140
Amortização acumulada	(66)	(6.869)	(15.218)	(22.153)
Valor residual	75	52.092	90.820	142.987
Adições	-	-	14.885	14.885
Baixas	(141)	-	-	(141)
Baixas amortização	122	-	-	122
Amortização	(56)	(6.869)	(13.659)	(20.584)
Remensurações (i)	-	10.350	14.571	24.921
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	-	55.573	106.617	162.190
Custo total	-	69.311	135.494	204.805
Amortização acumulada	-	(13.738)	(28.877)	(42.615)
Valor residual	-	55.573	106.617	162.190
Vida útil (anos)	-	1 a 33	1 a 12	

b) Arrendamentos e parcerias a pagar

	Compromissos de arrendamentos operacionais	Ajuste a valor presente dos arrendamentos operacionais	Passivo de arrendamento operacional
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	239.447	(74.307)	165.140
Adiantamentos	(19.434)	-	(19.434)
Pagamentos	(29.823)	-	(29.823)
Apropriação de encargos financeiros	-	9.747	9.747
Remensurações	(2.077)	-	(2.077)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	188.113	(64.560)	123.553
Adições	18.840	(3.955)	14.885
Baixas	(19)	-	(19)
Adiantamentos	(6.472)	-	(6.472)
Pagamentos	(29.179)	-	(29.179)
Apropriação de encargos financeiros	-	8.639	8.639
Remensurações (i)	33.751	(8.874)	24.877
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.034	(68.750)	136.284
Circulante			20.584
Não circulante			102.969
Saldo em 31 de dezembro de 2019			123.553
Circulante			22.280
Não circulante			114.004
Saldo em 31 de dezembro de 2020			136.284

- (i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço da CONSECANA aplicado nos contratos de arrendamento e parceria agrícola.

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	Valor
De 1º/1/2022 a 31/12/2022	22.770
De 1º/1/2023 a 31/12/2023	21.141
De 1º/1/2024 a 31/12/2024	19.210
De 1º/1/2025 a 31/12/2025	15.570
De 1º/1/2026 a 31/12/2026	8.710
De 1º/1/2027 a 31/12/2027	5.612
A partir de 1º/1/2028	46.897
	139.910
Adiantamentos	(25.906)
	114.004

13 Imobilizado

a) Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo + AAP*	Depreciação acumulada	2020	2019
				Líquido	Líquido
Terras	-	1.777	-	1.777	1.777
Edificações	De 1,67% a 6,25%	33.490	(8.075)	25.415	25.892
Instalações	De 1,67% a 20%	26.195	(8.181)	18.014	19.040
Máquinas e equipamentos	De 2,86% a 33,33%	115.415	(64.699)	50.716	54.312
Veículos	De 4% a 20%	37.755	(25.986)	11.769	11.913
Tratores e implementos agrícolas	De 6,67% a 12,50%	46.409	(24.445)	21.964	20.041
Móveis e utensílios	10%	1.422	(1.209)	213	229
Computadores e periféricos	20%	3.025	(2.164)	861	623
Equipamentos de comunicação	20%	1.092	(850)	242	203
Imobilizações em andamento	-	1.367	-	1.367	844
Consórcios a contemplar	-	51	-	51	-
		267.998	(135.609)	132.389	134.874
Planta portadora					
Lavoura de cana		130.614	-	130.614	121.292
		398.612	(135.609)	263.003	256.166

*Ajuste de Avaliação Patrimonial

O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, onde a depreciação é calculada pelo método linear.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados e gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados.

Lavoura de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (bearer plants) que são exclusivamente utilizadas para produzir a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, cinco cortes.

Até o presente momento não foi identificado nenhum impacto relacionado a pandemia da Covid-19 que pudesse indicar a necessidade de constituir provisão de *impairment* do ativo imobilizado.

b) **Movimentação do custo e ajustes de avaliação patrimonial – AAP**

Descrição	2020				Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Transferências	
Terras	1.777	-	-	-	1.777
Edificações	33.490	-	-	-	33.490
Instalações	26.059	-	-	136	26.195
Máquinas e equipamentos	114.060	196	(27)	1.186	115.415
Veículos	37.324	3.175	(2.771)	27	37.755
Tratores e implementos agrícolas	43.919	5.575	(3.085)	-	46.409
Móveis e utensílios	1.355	59	(2)	10	1.422
Computadores e periféricos	2.872	433	(282)	2	3.025
Equipamentos de comunicação	989	105	(1)	(1)	1.092
Imobilizações em andamento	844	2.296	(413)	(1.360)	1.367
Consórcios a contemplar	-	1.158	(1.107)	-	51
	262.689	12.997	(7.688)	-	267.998

Descrição	2019				Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Transferências	
Terras	1.777	-	-	-	1.777
Edificações	36.161	-	(549)	(2.122)	33.490
Instalações	26.651	-	(4.494)	3.902	26.059
Máquinas e equipamentos	100.793	312	(4.806)	17.761	114.060
Veículos	36.796	1.479	(2.350)	1.399	37.324
Tratores e implementos agrícolas	49.421	8.862	(13.566)	(798)	43.919
Móveis e utensílios	1.297	58	(2)	2	1.355
Computadores e periféricos	2.748	121	(12)	15	2.872
Equipamentos de comunicação	808	165	-	16	989
Imobilizações em andamento	14.135	6.931	(47)	(20.175)	844
	270.587	17.928	(25.826)	-	262.689

c) **Movimentação da depreciação acumulada**

Descrição	2020			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Edificações	(7.598)	(477)	-	(8.075)
Instalações	(7.019)	(1.162)	-	(8.181)
Máquinas e equipamentos	(59.748)	(4.974)	23	(64.699)
Veículos	(25.411)	(2.368)	1.793	(25.986)
Tratores e implementos agrícolas	(23.878)	(3.059)	2.492	(24.445)
Móveis e utensílios	(1.126)	(85)	2	(1.209)
Computadores e Periféricos	(2.249)	(197)	282	(2.164)
Equipamentos de comunicação	(786)	(65)	1	(850)
	(127.815)	(12.387)	4.593	(135.609)

Descrição					2019
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações	(8.517)	(1.430)	109	2.240	(7.598)
Instalações	(19.679)	(1.333)	4.494	9.499	(7.019)
Máquinas e equipamentos	(38.343)	(7.731)	2.029	(15.703)	(59.748)
Veículos	(25.970)	(1.134)	2.091	(398)	(25.411)
Tratores e implementos agrícolas	(36.417)	(5.377)	13.620	4.296	(23.878)
Móveis e utensílios	(1.069)	(84)	-	27	(1.126)
Computadores e Periféricos	(2.111)	(180)	3	39	(2.249)
Equipamentos de comunicação	(733)	(53)	-	-	(786)
	(132.839)	(17.322)	22.346	-	(127.815)

d) Planta portadora

	Valor
Saldo em 1° de janeiro de 2019	95.552
Amortização do canavial	(31.195)
Adições	56.935
Saldo em 31 de dezembro de 2019	121.292
Amortização do canavial	(35.327)
Adições	44.649
Saldo em 31 de dezembro de 2020	130.614

14 Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores nacionais – cana	2.421	3.045
Fornecedores nacionais – diversos	43.639	45.757
	46.060	48.802
Circulante	17.751	13.978
Não circulante	28.309	34.824
	46.060	48.802

15 Empréstimos e financiamentos

	2020	2019
Banco Bradesco S.A.	5.520	5.256
Banco Caterpillar S.A.	-	112
Banco Fidis S.A.	549	518
Banco Indusval & Partners S.A.	3.999	3.809
Itaú Unibanco S.A.	-	538
Banco John Deere S.A.	1.605	9.479
Banco Randon S.A.	-	215
Banco Rural S.A.	1.477	1.429
Banco Safra S.A.	3.369	3.402
Banco J. Safra S.A.	3.444	3.251
Banco Santander S.A.	2.709	2.557
Banco Volkswagen S.A.	3.836	3.620
Banco Votorantim S.A.	1.193	1.136
	27.701	35.322
Circulante	4.535	4.413
Não circulante	23.166	30.909
	27.701	35.322

A taxa para fins de cálculo de juros dos empréstimos e financiamentos está sendo considerada em conformidade com o plano de recuperação judicial homologado, sendo 6% a.a. + atualização por taxa referencial (TR).

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária, penhora rural, cessão fiduciária de direitos de crédito e hipoteca.

16 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2020	2019
Honorários de diretoria	101	101
Salários a pagar	1.234	1.398
Autônomos	1	2
INSS empregados	121	259
INSS empresa	219	134
INSS sobre produção	301	24.945
INSS retido autônomos	1	1
INSS retidos sobre serviços pessoa jurídica	34	1.435
Funrural	-	2.075
FGTS	316	368
Férias	3.644	3.607
INSS sobre férias	139	138
FGTS sobre férias	292	288
Programa de participação no resultado	4.184	4.114
Plano de saúde	40	28
	10.627	38.893

17 Obrigações tributárias

	2020	2019
Impostos correntes		
IRRF	467	497
ICMS a pagar	-	721
FADEFE – Fundo Apoio Desenvolvimento Econômico e Equilíbrio Fiscal	79	182
Outros impostos correntes	153	167
	699	1.567
Parcelamentos		
Débitos previdenciários RFB - Lei 11.941/2009	3.684	4.576
Demais débitos RFB - Lei 11.941/2009	1.088	1.351
Débitos previdenciários PGFN - Lei 11.941/2009	847	1.052
Demais débitos PGFN - Lei 11.941/2009	652	809
Débitos previdenciários RFB - Lei 12.996/2014	10.505	11.462
Demais débitos RFB - Lei 12.996/2014	1.998	2.179
PERT - Lei 13.496/2017	12.861	14.013
Débitos previdenciários - Lei 12.865/2013 (i)	1.245	15.955
Débitos previdenciários – RJ	2.868	4.681
Demais débitos - RJ	1.479	2.413
Débitos Previdenciários PGFN - Cód. 1734 (ii)	21.747	-
	58.974	58.491
	59.673	60.058
Circulante	11.796	10.958
Não circulante	47.877	49.100
	59.673	60.058

(i) A Companhia obteve êxito em renegociação com a PGFN que resultou em redução dos encargos do parcelamento tributário instituído pelo REFIS da reabertura da Lei 11941/2009 – débitos previdenciários.

(ii) A Companhia ingressou com pedido de parcelamento de débitos previdenciários com base na Lei n. 13.988 de 14 de abril de 2020, disciplinada pela Portaria PGFN Nº 14.402 de 16 de junho de 2020.

18 Provisão para contingências, passivos contingentes e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais envolvendo contingências trabalhistas e cíveis, na quais estão cobertas parcialmente por depósitos judiciais no montante de R\$ 15.046 (R\$ 1.996 em 2019). Para fazer face às perdas futuras vinculadas a esses processos e outros riscos decorrentes de interpretações controversas da legislação tributária, foi constituída provisão em valor considerado pela administração da Companhia como suficiente para cobrir as perdas avaliadas como prováveis. A avaliação da probabilidade de perdas nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias, a opinião dos consultores jurídicos da Companhia e o conservadorismo.

As principais informações das contingências estão assim apresentadas:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis e Ambientais	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	53	163	37.757	37.973
Adições	-	13.829	2.090	15.919
Baixas	(53)	-	-	(53)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	13.992	39.847	53.839
Adições	-	-	775	775
Baixas	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	13.992	40.622	54.614

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, mas não provável, sendo 48 ações trabalhistas no montante de R\$ 10.388 e 9 ações cíveis e ambientais no montante de R\$ 1.276 (Em 2019, 59 ações trabalhistas no montante de R\$ 12.014 e 6 ações cíveis no montante de R\$ 328), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

19 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é de R\$ 112.784, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 17.449.289 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas entre seus acionistas.

b Reserva legal

É constituída ao final de cada exercício social à razão de 5% do lucro líquido nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O montante do saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 12.183 (R\$ 8.485 em 2019).

c Reserva de incentivos fiscais

Incentivo fiscal estadual: Programa criado pelo estado do Mato Grosso do Sul através do Art. 3 da Lei nº 4.049 de 30 de junho de 2011, que através do Termo de acordo 687 de 25 de novembro de 2011 concedeu a Companhia o benefício fiscal de crédito presumido de ICMS incidente sobre as operações de saídas interestaduais realizadas com álcool etílico anidro combustível, álcool etílico hidratado combustível, e álcool não qualificado como combustível, este último quando destinado a estabelecimento industrial. O montante do saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 192.991 sendo R\$ 31.930 referente ao exercício de 2020 (R\$ 34.455 em 2019), (R\$ 28.907 em 2018) e R\$ 97.699 referente ao período de 2014 a 2017, levantado extemporaneamente.

d Ajuste de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo imobilizado, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação realizada no exercício de 2010. O montante do saldo em 2020 é de R\$ 10.450 (R\$ 11.291 em 2019).

e Lucro líquido por ação do capital social – R\$

Apurado com base no número médio ponderado de ações em circulação no exercício e com base no número de ações ao final do exercício social:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	73.964	108.894
Ações do capital social	17.449	17.449
Lucro líquido por ação do capital social	<u>4,24</u>	<u>6,24</u>

20 Receita operacional líquida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional bruta	<u>320.016</u>	<u>351.562</u>
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes sobre vendas	(22.521)	(35.809)
Deduções de vendas	-	(545)
	<u>(22.521)</u>	<u>(36.354)</u>
Receita operacional líquida	<u>297.495</u>	<u>315.208</u>

A seguir apresentamos a composição analítica da receita e das mercadorias vendidas:

Tipo de receita	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Álcool anidro	177.536	101.052
Álcool hidratado	141.481	249.544
Cana de açúcar	-	2
Outras vendas	999	964
	<u>320.016</u>	<u>351.562</u>

21 Custos dos produtos vendidos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custo dos produtos vendidos		
(-) Álcool anidro	(103.499)	(46.035)
(-) Álcool hidratado	(88.780)	(132.640)
(-) Cana de açúcar	-	(1)
(-) Evaporação	(500)	(86)
	<u>(192.779)</u>	<u>(178.762)</u>
Custo das mercadorias revendidas		
(-) Custos das vendas	-	(44)
	<u>-</u>	<u>(44)</u>
	<u>(192.779)</u>	<u>(178.806)</u>

22 Despesas com vendas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fretes etanol anidro	(8.004)	(5.849)
Fretes etanol hidratado	(2.484)	(12.066)
Corretagem e intermediação	(962)	(965)
Demais despesas – vendas	(395)	(156)
	<u>(11.845)</u>	<u>(19.036)</u>

23 Despesas administrativas e gerais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas de ociosidade (industrial e agrícola)	(18.834)	(22.101)
Serviços de terceiros	(9.622)	(5.373)
Material de uso e consumo	(809)	(813)
Depreciação e amortização	(467)	(3.099)
Despesas tributárias	(2.714)	(3.041)
Demais despesas	(3.552)	(1.254)
	<u>(35.998)</u>	<u>(35.681)</u>

24 Despesas com pessoal

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários e ordenados	(5.820)	(5.669)
Programa de participação nos resultados	(2.862)	(1.432)
Honorários de diretoria	(1.202)	(1.188)
FGTS	(588)	(573)
INSS	(796)	(695)
Processos trabalhistas	(145)	(725)
Outras despesas com pessoal	(2.412)	(2.055)
	<u>(13.825)</u>	<u>(12.337)</u>

25 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outras receitas operacionais		
Redução dos encargos de débitos previdenciários parcelados PGFN (i)	20.265	-
Redução dos encargos do parcelamento, reabertura Lei 11941/2009, Código 3780 (ii)	12.725	-
Redução dos encargos do parcelamento, reabertura Lei 11941/2009, Código 3796 (iii)	2.050	-
Crédito de descarbonização (CBIO) (iv)	2.607	-
Crédito extemporâneo de PIS e COFINS (v)	-	29.603
Deságio da recuperação judicial (vi)	1.043	20.300
Reversão de provisões	163	683
Outras receitas	4.542	9.704
	<u>43.395</u>	<u>60.290</u>
Outras despesas operacionais		
Provisões para perdas	(13.877)	(15.963)
Outras despesas	(2.708)	(1.029)
	<u>(16.585)</u>	<u>(16.992)</u>
	<u>26.810</u>	<u>43.298</u>

- (i) Redução total de 50% de multa, juros e encargos legais referente transação excepcional de débitos previdenciários parcelados, conforme Lei n. 13.988 de 14 de abril de 2020, disciplinada pela Portaria PGFN Nº 14.402 de 16 de junho de 2020.
- (ii) Redução dos encargos do parcelamento tributário instituído pelo REFIS da reabertura da Lei 11941/2009 – débitos previdenciários, código 3780.
- (iii) Redução dos encargos do parcelamento tributário instituído pelo REFIS da reabertura da Lei 11941/2009, conforme transação extraordinária de débitos previdenciários, Lei n. 13.988 de 14 de abril de 2020, disciplinado pela Portaria PGFN Nº 9.924 de 14 de abril de 2020.
- (iv) Comercialização de 64.000 títulos de CBIOS (RenovaBio).
- (v) Crédito extemporâneo de PIS/COFINS referente ao período de 2013 a 2017, oriundos de suas operações próprias vinculadas às receitas tributadas no mercado interno.
- (vi) Deságio de 60% aplicado sobre o valor nominal habilitado dos credores, reconhecido no resultado após ter sido decretado por sentença o encerramento da Recuperação Judicial.

26 Resultado financeiro líquido

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	7.835	2.917
Descontos financeiros obtidos	489	6.591
Juros recebidos e auferidos	106	2.595
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(392)	(541)
	<u>8.038</u>	<u>11.562</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas sobre tributos e parcelamentos	(17.205)	(3.513)
Juros passivos	(5.680)	(8.568)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(244)	(4)
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos	(8.726)	(9.117)
Perdas incorridas em aplicações financeiras	(8.133)	-
Taxa de administração de consórcios	(174)	-
Despesas com tarifas bancárias	(355)	(154)
Descontos financeiros concedidos	(9)	(5)
Despesas com IOF	(11)	(72)
	<u>(40.537)</u>	<u>(21.433)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(32.499)</u>	<u>(9.871)</u>

27 Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos

a Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle interno e de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos principais instrumentos a seguir relacionados:

Ativos financeiros	Nota	2020	2019	Classificação
Caixa e bancos	4	76	8.270	(i)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4	1.129	4.779	(ii)
Aplicações financeiras	5	68.414	58.050	(ii)
Contas a receber	6	466	207	(i)
Adiantamentos	9	7.967	6.651	(i)
Partes relacionadas	10	55.159	59.563	(i)
		133.211	137.520	
Passivos financeiros				
Fornecedores	14	46.060	48.802	(iii)
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	12	136.284	123.553	(iii)
Empréstimos e financiamentos	15	27.701	35.322	(iii)
Partes relacionadas	10	37.853	28.272	(iii)
		247.898	235.949	

Classificação:

- (i) Ativos ao custo amortizado.
- (ii) Ativo ao valor justo por meio do resultado
- (iii) Passivos ao custo amortizado.

b Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Os principais fatores de risco que a Administração está exposta reflete em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Administração possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de preço dos produtos.
- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de taxas de juros.

A Administração não efetua aplicações de caráter especulativa em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

c Risco de preço dos produtos

Está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas, em especial a cana-de-açúcar, e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar os riscos, a administração monitora permanentemente as oscilações de preço no mercado.

d Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que submetem a Administração a riscos de crédito de contraparte são representados, fundamentalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, adiantamentos e partes relacionadas. Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez. Os riscos de créditos associados ao contas a receber de clientes e partes relacionadas é reduzido em virtude da análise de crédito e dos procedimentos de controle da Administração que monitoram esse risco. A exposição máxima do risco de crédito está demonstrada abaixo:

Ativos financeiros	2020	2019
Caixa e bancos	76	8.270
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.129	4.779
Aplicações financeiras	68.414	58.050
Contas a receber	466	207
Adiantamentos	7.967	6.651
Partes relacionadas	55.159	59.563
	<u>133.211</u>	<u>137.520</u>

e Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não poder cumprir com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Para mitigar esse risco, a Administração possui linhas de crédito rotativo, que aumentam a liquidez no curto prazo e possibilitam maior eficiência na gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As principais fontes da Companhia derivam dos acionistas, do fluxo de caixa gerado por suas operações, fornecedores e empréstimos e financiamentos. A Administração acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita, o capital

de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez e refletem o fluxo financeiro da Companhia:

	2020		
	Fluxo de caixa	Até um ano	Acima de um ano
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	76	76	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.129	1.129	-
Aplicações financeiras	68.414	68.414	-
Contas a receber	466	466	-
Adiantamentos	7.967	7.967	-
Partes relacionadas	55.159	-	55.159
	133.211	78.052	55.159
Passivos financeiros			
Fornecedores	46.060	17.751	28.309
Arrendamentos e parcerias a pagar	136.284	22.280	114.004
Empréstimos e financiamentos	27.701	4.535	23.166
Partes relacionadas	37.853	-	37.853
	247.898	44.566	203.332

	2019		
	Fluxo de caixa	Até um ano	Acima de um ano
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	8.270	8.270	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4.779	4.779	-
Aplicações financeiras	58.050	58.050	-
Contas a receber	207	207	-
Adiantamentos	6.651	6.651	-
Partes relacionadas	59.563	-	59.563
	137.520	77.957	59.563
Passivos financeiros			
Fornecedores	48.802	13.978	34.824
Arrendamentos a pagar	123.553	20.584	102.969
Empréstimos e financiamentos	35.322	4.413	30.909
Partes relacionadas	28.272	-	28.272
	235.949	38.975	196.974

f Risco de taxas de juros

Oriundo da possibilidade da Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alterando a contratação de taxas fixas e variáveis, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado e sua situação.

g Gerenciamento de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital

saudável. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Total do passivo	381.152	398.261
(-) Caixa e equivalente de caixa	(1.205)	(13.049)
Passivo líquido (A)	379.947	385.212
Total do patrimônio líquido (B)	343.112	269.148
Relação passivo líquido sobre capital ajustado (A)/(B)	1,11	1,43

h Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

28 Aspectos ambientais

As instalações da Companhia e suas atividades industriais e agrícolas estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

29 Cobertura de seguros

A Companhia mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes.

Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30 Eventos subsequentes

No dia 1º de março de 2021 houve a abertura das propostas do leilão da Usina São Fernando, localizada em Dourados – MS, com capacidade para moer 4,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, produzindo 330 mil toneladas de açúcar e 150 milhões de litros de etanol anidro por ano.

A Energética Santa Helena, juntamente com outros três interessados, entrou no leilão com proposta de R\$ 322.500 (valor presente líquido) a ser pago em parcelas anuais atualizadas pela TLP (taxa de juros de longo prazo), no período de 10 anos.

A aquisição da Usina São Fernando, massa falida com parque industrial em atividade e em condições de operar essa safra atual de 2021, só vem a somar aos resultados da Companhia. Esse novo projeto resultará na geração de caixa estimada de mais de R\$ 500.000 nos próximos 15 anos, suficientes para garantir o pagamento das parcelas assumidas na aquisição do parque industrial. Além de agregar ao mix de comercialização, dois produtos: açúcar e energia, diminuindo o risco com oscilações de mercado, gerando mais estabilidade ao negócio, e excluindo qualquer risco de comprometer a saúde financeira da Companhia.

O resultado do leilão da Usina São Fernando ainda não foi definido, mas a Administração da Companhia tem expectativa positiva em sua proposta.

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.